

Currículo, Culturas e Conhecimento: articulando os saberes nas Amazônias – apresentação do Dossiê Temático

Currículo, Culturas y Saberes: articulando saberes en la Amazonía – presentación del Dossier Temático

Curriculum, Cultures and Knowledge: articulating knowledge in the Amazon – presentation of the Thematic Dossier

Márcia Maria Rodrigues Uchôa¹

Universidade Federal de Rondônia

Leila Maria Camargo²

Universidade Estadual de Roraima

Resumo

O texto apresenta o Número Temático *Currículo, Culturas e Conhecimento: articulando os saberes nas Amazônias* como um conjunto de reflexões críticas às políticas e práticas de currículo que tendem a assimilar os valores e os conhecimentos das culturas dos povos amazônidas, mediante políticas de controle curricular. A Edição é fruto de uma parceria entre duas professoras pesquisadoras no campo do currículo em contextos amazônidas, uma da Universidade Federal de Rondônia e outra da Universidade Estadual de Roraima, e problematiza a lógica neoliberal e centralizadora impressa nas políticas no cenário nacional. A seção inicial contextualiza as particularidades dos contextos socioculturais amazônidas. A segunda seção enfatiza críticas às políticas centralizadoras e traz uma defesa por currículos produzidos a partir dos valores, conhecimentos e culturas dos sujeitos que habitam as Amazônias e destaca os artigos da Edição como parte de uma atuação militante de pesquisadores.

Palavras-chave: Amazônias; currículo; saberes tradicionais; culturas amazônidas.

Resumen

El texto presenta el Tema Temático Currículo, Culturas y Saberes: articulando saberes en la Amazonía como un conjunto de reflexiones críticas sobre políticas y prácticas curriculares que propendan a asimilar los valores y conocimientos de las culturas de los pueblos amazónicos, a través de políticas de control curricular. La Edición es resultado de una colaboración entre dos profesores investigadores en el área de currículo en contextos amazónicos, uno de la Universidad Federal de Rondônia y otro de la Universidad Estadual de Roraima, y problematiza la lógica neoliberal y centralizadora impresa en las políticas en el escenario nacional. La sección inicial contextualiza las particularidades de los contextos socioculturales amazónicos. La segunda sección enfatiza la crítica a las políticas centralizadoras y presenta una defensa de los currículos que se producen a partir de los valores, conocimientos y culturas de los sujetos que habitan la Amazonia y destaca los artículos de la Edición como parte de

¹ Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e em Educação Escolar Profissional (PPGEEProf.) da Universidade Federal de Rondônia (Unir). *E-mail:* marcia.uchoa@unir.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0939-5646>.

² Pós-Doutora em Educação pela UFPA-PROCAD Amazônia. Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente da Universidade Estadual de Roraima (UERR) e professora da Educação Básica do Estado de Roraima. *E-mail:* apolium522@hotmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3920-4943>.

una acción militante de los investigadores.

Palabras clave: *Amazonías; currículo; conocimientos tradicionales; culturas amazónicas.*

Abstract

The text presents the Thematic Issue Curriculum, Cultures and Knowledge: articulating knowledge in the Amazon as a set of critical reflections on curriculum policies and practices that tend to assimilate the values and knowledge of the cultures of the Amazonian peoples, through curricular control policies. The Issue is the result of a partnership between two professors who are researchers in the field of curriculum in Amazonian contexts, one from the Federal University of Rondônia and the other from the State University of Roraima, and problematizes the neoliberal and centralizing logic imprinted on policies in the national scenario. The initial section contextualizes the particularities of the Amazonian sociocultural contexts. The second section emphasizes criticism of centralizing policies and presents a defense for curricula that are produced based on the values, knowledge and cultures of the subjects who inhabit the Amazon and highlights the articles in the Issue as part of an activist work by researchers.

Keywords: *Amazon; curriculum; traditional knowledge; amazonian cultures.*

1 CONTEXTUALIZANDO O CENÁRIO

A constituição das Amazônias foi permeada, ao longo dos tempos, por processos de ocupação de pessoas originárias de várias nacionalidades e diferentes regiões do País, conferindo um caráter plural à região, com realidades diversas que se intensificam ainda mais quando somadas às histórias, às identidades e aos modos de vida dos povos tradicionais.

Segundo Porto-Gonçalves (2005), longe de ser homogênea, a Amazônia é uma região extremamente complexa e diversificada, uma vez que agrega um grande contingente de populações, que se inter-relacionam com as diversas Amazônias.

As Amazônias são marcadas pela multiplicidade de culturas, de temporalidades e pela diversidade presente nos múltiplos territórios e alteridades. Ao mesmo tempo que são ricas em sociobiodiversidade, são também frágeis pela razão de que tudo nesses ecossistemas está interligado e uma vida depende da outra vida. Como observado por muitos estudiosos, a simplificação da sociobiodiversidade em monocultura representa a destruição do todo (Shiva, 2003; Albagli, 2005). É conhecida a importância da região para o sistema de clima do planeta. Trata-se de questões que urgem ser discutidas no campo curricular e formativo, tendo por objetivos formar gerações que compreendam sua relevância.

A vida é construída e produzida nos territórios. Como bem observou Haesbaert (2011), não há como compreender os indivíduos, os grupos, as comunidades e a própria sociedade fora dos contextos geográficos, culturais, econômicos e territoriais

em que estão inseridos. A sociobiodiversidade amazônica é fruto e produto dessa inter-relação de determinados grupos com os territórios e com os nichos ecológicos. Se, por um lado, essa sociobiodiversidade e multiplicidade de povos, com seus modos de vidas próprios e/ou recriados/reconstituídos nos processos de convivências interculturais, ressoam, inevitavelmente, nos contextos educacionais, trazendo desafios para o campo do Currículo, por outro, toda essa riqueza, encontra-se ameaçada, sobretudo onde o agronegócio avança progressivamente sobre os territórios, atropelando as populações tradicionais e seus modos de vida. Assim, a regra tem sido a monocultura, o parco e a desertificação que se alastram na região e pelo mundo (Bensusan, 2023).

Logo, urge compreender a importância da região para a manutenção da vida não apenas para seus habitantes, mas também para o mundo como um todo. Educar para ver na diversidade a riqueza ante o avanço da monocultura das mentes é um debate que deve permear os currículos (Camargo *et al.*, 2022).

Isso posto, entendemos que a construção dos Currículos, tanto da educação básica quanto dos cursos de formação de professores, nos espaços educacionais das Amazôniaas deve ser mediada pelo reconhecimento dessa sociobiodiversidade e dos saberes e conhecimentos produzidos pelos sujeitos que estão inseridos nas diferentes e diversas realidades que caracterizam a região, articulando os saberes locais com os conhecimentos científicos e filosóficos construídos ao longo da história, tendo em vista uma formação humana que seja permeada pela conexão entre a diversidade biológica, a prática de atividades sustentáveis e o manejo desses recursos por meio dos conhecimentos culturais e ancestrais das populações tradicionais, reverberando na construção de outros modos de ser, saber e viver no contexto local.

2 A PRODUÇÃO DE CURRÍCULOS NAS AMAZÔNIAS: RESISTÊNCIAS ÀS POLÍTICAS CENTRALIZADORAS

É fato que, historicamente, as políticas educacionais nas Amazôniaas têm estado a serviço da modernização autoritária na região. Elaboradas pelas elites de plantão, procuraram ocultar a diversidade por meio de currículos monoculturais e monolíngüísticos, resultando em visões monoculturais a respeito da região e seus povos.

Arroyo (2011, p. 13) tem afirmado que o currículo é “o núcleo e o espaço central mais estruturante da função da escola”. Esse é o motivo, segundo ele, pelo qual o currículo é um dos territórios mais disputados, mais cercados e mais normatizados. É ainda o mais politizado, inovado, ressignificado, razão esta que pode ser constatada pela quantidade de diretrizes e reformas educacionais ocorridas nos últimos tempos.

As disputas no campo curricular ocorrem não apenas no âmbito que trata a visão de mundo social, da relação dos seres humanos com a natureza, com a diferença, com relação à ideia de “progresso” e “desenvolvimento”, mas também, e principalmente, no campo da cultura, nas formas de compreender e estar no mundo. É nesse território que se têm verificado os maiores embates entre diferentes e conflitantes compreensões de vida social, pela manutenção do *status quo* ou pela superação das desigualdades sociais e educacionais (Moreira; Silva, 2011).

Desse modo, as produções curriculares não são neutras. Envolve disputas não somente em torno do conhecimento de quem deve ser valorizado, mas especialmente em relações de poder e ideologias. Assim, ao tratar-se das produções curriculares nas Amazônias, implica analisar as relações históricas, sociais, econômicas e culturais que marcaram, no decorrer da história, as políticas educacionais. Requer compreendê-las na perspectiva relacional em seus contextos locais, regionais, nacionais e internacionais (Apple, 1995), atreladas às políticas colonizadoras, de ocupação, modernização e do controle dos territórios e das identidades.

Embora marcada por uma multiplicidade de sujeitos, lugares, territórios, paisagens, ecossistemas, culturas, identidades e formas de ser e estar no mundo, a história da região contada e reproduzida hegemonicamente nos currículos seguiu a direção de uma história única, a do colonizador. De acordo com Munanga (2009, p. 13):

[...] a dominação colonial [...] resultou da expansão de dois imperialismos: o do mercado, que se apropriou da terra, dos recursos e dos homens; o da história, que se apossou de um espaço conceitual novo: o homem não histórico, sem referências nos documentos escritos. A expropriação das terras e dos recursos, a exploração econômica, a mobilização e o inventário da força de trabalho, tudo isso deveria ser legitimado pelas potências coloniais.

A educação e os currículos estiveram atrelados a esses projetos de

colonização. Nas últimas reformas de 2016 a 2022, observamos o avanço neoconservadorismo no campo curricular, materializado pela homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação básica, documento que orienta a construção de currículos escolares no Brasil e resulta de um movimento ideológico e político, que compõem as agendas da chamada Nova Direita, aliança formada entre neoliberais, neoconservadores, populistas radicais e o novo gerencialismo no campo da educação Apple (2001; 2003), que prega a volta das hierarquias de saber-poder, do controle do conhecimento e em um sistema de classificação dos corpos (Quijano, 2005). As disputas curriculares ocorrem entre o projeto da chamada Nova Direita e as resistências que se fazem dos sujeitos amazônicos em torno da Justiça Curricular contra os projetos hegemônicos.

De acordo com Porto-Gonçalves (2005, p. 9):

Há a Amazônia da várzea e a da terra firme. Há a Amazônia dos rios de água branca e a dos rios de águas pretas. Há a Amazônia dos terrenos movimentados e serranos do Tumucumaque e do Parima, ao norte, e a da serra dos Carajás no Pará, e há a Amazônia das planícies litorâneas do Pará e do Amapá. Há a Amazônia dos cerrados, a Amazônia dos manguezais e a Amazônia das florestas.

Diante desse contexto múltiplo e diverso, adicionado pelo encontro das diversas culturas que habitam as Amazônia, importa pensar em uma educação que, por meio de seus currículos, valoriza e reconhece as marcas que identificam seus sujeitos, em vista de uma educação democrática e inclusiva.

Os currículos produzidos nos espaços educacionais devem reconhecer as diferenças culturais e a biodiversidade inerente às Amazônia, intensificando o diálogo intercultural, de modo que as culturas possam se abrir às contribuições mútuas (Uchôa, 2022).

Gimeno Sacristán (2013, p. 131), apoiado na teoria da justiça de John Rawls, mostra-se favorável à construção de:

Uma ética baseada na interculturalidade e feita para ela, elaborada de acordo com o diálogo entre os diferentes, não pode pretender o estabelecimento de uma moral que seja perfeitamente idêntica para todos. Ao contrário, ao estabelecer uma moral universalista “de baixo para cima”, isto é, sem imposições etnocêntricas e baseando-a nesse espaço de encontro.

O autor espanhol defende uma construção curricular permeada pela interculturalidade, que tenha como ponto de partida valores, padrões e significados produzidos pelas culturas que se inserem nos espaços educacionais, sem a

hierarquização e a imposição dos conhecimentos das culturas hegemônicas.

Nessa acepção, Torres Santomé (2011) enfatiza que toda intervenção curricular deve preparar os/as alunos/as para o exercício pleno da cidadania em uma sociedade democrática. Nessa direção, a seleção dos conteúdos do currículo deve promover a construção de conhecimentos, atitudes e valores que coadunam para tal empreendimento, o que supõe a compreensão de que “As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação” (Torres Santomé, 2011, p. 157).

Coadunando com a argumentação do autor e fazendo uma inferência sobre os contextos educacionais das Amazônias, exige-se para uma produção curricular democrática o resgate das vozes e culturas silenciadas e ausentes, entre elas: povos indígenas, ribeirinhos, camponeses, imigrantes, populações quilombolas e negras, entre outras que foram tradicionalmente subordinadas e negadas pelas culturas hegemônicas.

Pelos artigos a seguir apresentados, esta Edição Temática se coloca como militante de uma educação e de um currículo que articulem os saberes, os conhecimentos e as culturas dos povos amazônidas com os conhecimentos científicos produzidos nos espaços educacionais da Amazônia Ocidental, tendo em vista a democratização dos espaços educacionais e a formação de uma sociedade que valorize os ecossistemas dos povos das florestas e das águas, fontes de vida plena para o planeta e seus habitantes.

O texto de abertura do dossiê, “Puxirum, currículo e formação de professores nas Amazônias”, de autoria de Edilson da Costa Albarado (Ufam³), Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos (Ufam) e Salomão Antônio Mufarrej Hage (UFPA⁴), apresenta reflexões sobre o currículo e a formação de professores e professoras nas Amazônias, tomando como referência a metodologia do puxirum, que tem sua origem em uma prática de trabalho coletivo vivenciada por muitos povos originários e tradicionais das Amazônias, e utilizada como estratégia de produção da existência e de resistência em seus territórios de origem. Os resultados apontam para a importância do

³ Universidade Federal do Amazonas.

⁴ Universidade Federal do Pará.

reconhecimento e valorização dos saberes da produção da existência dos povos tradicionais e camponeses nos processos de elaboração do currículo e da formação de professores e professoras que atuam nas escolas do campo, das águas e das florestas.

“A interdisciplinaridade curricular na Educação Ambiental no Ensino Fundamental: práticas e saberes ambientais na Escola Estadual ‘Professor Reinaldo Thompson’, Manaus/AM”, artigo de Jose Felix da Costa Filho, Clarides Henrich de Barba, Sérgio Luciane de Miranda e Keila de Oliveira Santos, autorias da Unir⁵, analisa os resultados das diversas práticas na Educação Ambiental desenvolvidas na Escola Pública Estadual “Professor Reinaldo Thompson”, na cidade de Manaus/AM”, sob a ótica da interdisciplinaridade curricular. Ao examinarem os resultados das oficinas, os autores perceberam a importância da prática pedagógica envolvendo os diversos componentes curriculares, pois é a partir dessas intervenções que os estudantes passam a entender o valor dessas práticas, na construção de uma consciência ambiental, sobre seu espaço e o meio ambiente. Os resultados apresentados foram obtidos partir das práticas das oficinas realizadas no decorrer de uma pesquisa do Mestrado Profissional da Universidade Federal de Rondônia (Unir).

As autoras Carolaine Pinto da Silva, Wanilza Pereira de Souza e Zuíla Guimarães Cova dos Santos, todas vinculadas à Unir, discutem no texto “Cartografia docente na fronteira: aos caminhos formativos dos professores que atuam com estudantes brasileiros e bolivianos dos anos iniciais” se o processo de formação docente das professoras brasileiras e bolivianas considera as relações linguísticas culturais, sociais, políticas e educacionais vividas na fronteira. A fronteira, lócus da investigação, delimita as cidades-gêmeas de Guajará-Mirim, Rondônia – Brasil e Guayaramerín, Beni – Bolívia. Os resultados apontam lacunas nos conhecimentos sobre as realidades da fronteira na estrutura curricular dos cursos de formação de professores nas cidades fronteiriças, logo as autoras sugerem o desenvolvimento de políticas educacionais voltadas para a formação de professores que atuam com alunos imigrantes em regiões de fronteira.

Compreendem-se no artigo “Possibilidades de aprendizagem em ciências dentro de espaços não escolares de mercados e feiras na Amazônia”, de autoria de

⁵ Universidade Federal de Rondônia.

Luiz Manuel Pacaio Tananta e Radamés Gonçalves de Lemos, ambos da Ufam, as narrativas dos participantes em espaços não formais como forma de explicar conceitos científicos e aplicá-los no processo de ensino-aprendizagem. Os resultados dessa pesquisa evidenciam a possibilidade de contribuir para o campo do ensino de Ciências com práticas pedagógicas que valorizem os saberes populares na região amazônica. Os trabalhadores reconheceram seus espaços de trabalho como uma ferramenta para adquirir conhecimento, seja ele formal, seja não formal, e puderam perceber e identificar como a ciência circula entre os aromas, sabores e odores nos mercados e feiras. Tais resultados revelam a possibilidade de desenvolver novas práticas para o ensino de Ciências em espaços não formais, proporcionando uma experiência mais prazerosa e menos fragmentada.

As autoras Leticia Furtado (UEPA⁶) e Waldma Maíra Menezes de Oliveira (UFPA) realizam no texto “Remando por entre Rios e Saberes: a prática do currículo inclusivo das águas na Escola Ribeirinha em Ponta de Pedras, na Ilha do Marajó-PA” uma análise sobre a prática de um currículo inclusivo das águas na Ilha do Marajó, que valoriza a diferença identitária e cultural dos sujeitos ribeirinhos. Nessa perspectiva, problematiza-se como se dá a prática de um currículo inclusivo das águas, na escola ribeirinha marajoara em Ponta de Pedras, no Marajó. Como resultados, observa-se que os saberes dos sujeitos das águas na relação com o currículo da escola ribeirinha mantêm uma relação de visibilidade, uma vez que os professores da comunidade Marajó-Açu inserem suas culturas e saberes pelas práticas pedagógicas, mesmo com um currículo ainda fechado e urbanocêntrico. Por conseguinte, a importância do saber das águas no currículo ribeirinho advém de uma formulação que implica todas essas dimensões educacionais.

O artigo de autoria de Nayara Ferreira Costa (Seduc-AM⁷) e Priscila Thayane de Carvalho Silva (Ifam⁸), “Cadê o lápis ‘cor da pele’? Reflexões sobre uma abordagem antirracista na prática pedagógica no ensino fundamental”, convida-nos a refletir sobre uma abordagem antirracista no processo de letramento no contexto amazônico, em uma turma de 3.º ano do ensino fundamental da rede pública estadual em Manaus. Como resultado, observa-se que inicialmente a temática antirracista não

⁶ Universidade Estadual do Pará.

⁷ Secretaria de Estado de Educação do Amazonas.

⁸ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

foi contemplada no planejamento docente. Contudo, na etapa que envolvia colorir desenhos, na abordagem do tema ambiental, ocorreu a disputa dos alunos pelo lápis de cor rosa claro, apresentado como cor da pele, o que exigiu a recondução da práxis, oportunizando discutir sobre as relações étnico-raciais no contexto amazônico e possibilitar uma práxis antirracista na sala de aula.

Os seis textos desta Edição oferecem uma rica diversidade de perspectivas teórico-metodológicas e em conjunto apresentam potentes reflexões sobre a produção de currículos, permeada pela articulação dos saberes e conhecimentos inerentes às identidades e culturas presentes nos contextos amazônidas e aos conhecimentos científicos e filosóficos nos espaços educacionais.

Espera-se que a leitura atenta dos textos possibilite uma sensibilização e reflexão para a abertura de um cenário de práticas curriculares alinhadas às demandas e necessidades dos diferentes contextos em que se inscrevem as pesquisas realizadas, bem como as demais realidades educacionais das Amazônias. Nesse movimento, seguimos com os autores e as autoras, desejando uma excelente leitura!

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Palestra Magna “Interesse global no saber local: a geopolítica da biodiversidade. *In*: BELAS, Carla; MOREIRA, Eliane; BARROS, Benedita (org.). **Saber local/Interesse global**: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia. Belém: CESUPA; MPEG, 2005.

APPLE, Michael W. Consumindo o “outro”: branquitude e batatas fritas baratas. *In*: COSTA, Marisa C. Vorraber (org.). **A Escola Básica na virada do século**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 1995. p. 10-20.

APPLE, Michael W. Reestruturação educativa e curricular e as agendas neoliberal e neoconservadora: entrevista com Michael Apple. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 1, p. 5-53, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss1articles/apple.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

APPLE, Michael W. **Educando a direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

ARROYO, Miguel G. **Currículo**: território em disputa. Petrópolis: Vozes, 2011.

BENSUSAN, Nurit. **Amazônia**: e eu com isso? São Paulo: Peirópolis, 2023.

CAMARGO, Leila Maria; HAGE; Salomão Antônio Mufarrej; GOMES, Raimunda Kelly Silva; FIGUEIREDO, Arthane Menezes. Diversidade sociocultural e currículo nas Amazônias: desafios no enfrentamento à monocultura das mentes. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 238-261, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/54813>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GIMENO SACRISTÁN, José (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomáz Tadeu da (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. As culturas negadas e silenciadas no currículo. *In*: SILVA, Tomáz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 155-172.

UCHÔA, Márcia Maria Rodrigues. **Currículo na fronteira**: políticas e práticas interculturais. Curitiba: CRV, 2022.



Este conteúdo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons BY-NC-SA 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)